

19-5-946

# Justiça e utilitarismo

Dois caminhos, duas místicas, dois mundos: o da justiça e o do utilitarismo.

A primeira perscruta os direitos e os deveres de cada um, indivíduos, famílias ou nações, e pauta por eles o seu procedimento. O segundo repara somente na maior ou menor utilidade imediata dos seus actos, e por ela orienta as suas decisões.

A Justiça não mede os graus do interesse, nem o tamanho da utilidade. A cada um dá o que lhe pertence, demora-se na meditação do por menor e caminha segura de construir devagar embora, mas sobre a firmeza da rocha. Olha para o presente em função do futuro, porque não crê no futuro que surja dum presente doentio.

O utilitarismo não cuida de cada um, nem se preocupa em nada com direitos e deveres. Medita na vantagem imediata, nos interesses em jogo, na aparência exterior das coisas, no lucro ou prejuízo que podem advir duma atitude, e decide sempre segundo o critério do melhor partido. Cuida que avança a passo de gigante na construção do futuro, que é pronta e decidida, e que faz o mundo mais belo e melhor, ao menos para si.

A justiça a todos atende, não deixa ninguém para trás, e deseja fazer de cada um o seu próprio mundo. O utilitarismo não trata de ninguém, não olha para o chão que pisa, e faz de todos servos de cada um. Louco, atira-se á aventura, sem pensar na verdade ou na mentira, sem acreditar em nada, senão em si mesmo.

Dizem que a justiça se opõe ao útil, e, por amor do útil, descarta-se o justo. Mas o erro do utilitarismo está em desconhecer que nada é mais útil, afinal de contas, do que a justiça.

O liberalismo serviu a utilidade. A máquina lançou no desemprego milhões de braços, caminhou altiva por sobre os destroços humanos, e criou a economia do chamado progresso da riqueza. No cimo da primeira etapa da sua tresloucada aventura, viu-se, porém, a economia liberal abafada em superprodução, torturada pelas crises, amaldiçoada pelas multidões. Caminhou sempre, confiante no seu destino, certa da vitória. Mas o seu aparente triunfo cavou a sua própria ruína, porque o mundo o repeliu, o mundo o odiou. Julgou criar a abundância e gerou afinal a miséria. Anunciou conceder a liberdade, e, afinal, encubou a tirania. Prometeu trazer a paz e, afinal, conduziu à guerra.

De que serviu o esforço do utilitarismo, se o mundo sofre como nunca sofreu, se as gerações que chegam maldizem as gerações que partem?

O utilitarismo, porém, não desarma. Em tudo penetra, tudo absorve, tudo corrompe, não pensando os homens que ele aniquila os que o servem, e que fará do mundo um inferno.

Hoje, pelo utilitarismo, quase tudo é falsificado. Os produtos das fábricas, os géneros de alimentação, a arte comercial. O que importa é a aparência. Se, por detrás, tudo é mentira, o utilitarismo não se envergonha de mentir. E, de facto, desde a peixeira ao merceiro, desde o construtor civil ao homem do taxi, desde o manufactor de calçado ao alfaiate, quantos ainda com amor da justiça e da verdade?

Creemos que não existe sintoma pior de decadência do que este utilitarismo generalizado, do que esta mentira colectiva, tão colectiva que cada um de nós se sente no direito de duvidar de todos.

Regenerar uma sociedade que toda ela assenta na mentira? Fazê-la viver em paz?

Não cremos que tal seja possível, sem um esforço supremo dos poderes públicos para fazer vingar na organização do Estado o culto da justiça, que, afinal, é o mais seguro, o mais útil dos utilitarismos. A paz é fruto da justiça.

Mas esse esforço de resgate não pode ser feito pelas forças morais enquanto a autoridade pública não der o exemplo e não castigar severamente a fraude.

Uma coisa bem pequena ilustrará facilmente o que afirmamos.

A Emissora Nacional cobra aos possuidores de aparelhos de telefonia uma taxa ou um imposto anual, com que faz frente às suas enormes despe-

sas. A taxa é justa e justa a cobrança. Mas o espírito de utilitarismo, isto é, o interesse dos serviços faz com que a cobrança venha a redundar numa flagrante injustiça. Em primeiro lugar tanto paga o que ouve esplendidamente as emissões em aparelhos caros e modernos (porque tem dinheiro para os comprar) como o que não podendo dispor de capitais, se limita a ouvir a Emissora em aparelhos baratos, mal sonantes e roufenhos. O imposto não é aplicado com justiça. Mas a injustiça é ainda maior, se o radouvinete, por ser pobre, não pode pagar o imposto, ao menos de seis em seis meses. Se a sua pobreza exigir que peca a cobrança mensal, vai pagar mais 20% do que aquele que pode pagar, sem dificuldade, duma só vez. Quanto mais pobre, portanto, tanto mais paga.

Compreendemos que o sistema adoptado facilite os serviços e represente uma economia. Mas acima deste critério utilitário existe um princípio moral mais elevado e mais antigo que reclama a justiça no imposto.

São estas pequenas coisas que urge corrigir, ao lado das grandes que também por certo as há, para que os homens se habituem a ter mais amor ao justo do que ao útil, porque afinal nada é mais útil do que o justo.

ABEL VARZIM.